

ILUSTRAÇÃO/IMAGEM GERADA POR IA



DPU defende que reforma tributária não pode restringir direitos

DPU defende ampliar isenção para PCD na compra de veículos

A Defensoria Pública da União (DPU) defendeu, no Supremo Tribunal Federal (STF), a ampliação do benefício tributário para a compra de veículos por pessoas com deficiência durante o julgamento das ADIs 7779 e 7790. Na condição de amicus curiae, a instituição sustentou que as regras da Lei Complementar 214/2025, que regulamenta a Reforma Tributária, não podem restringir o direito apenas a pessoas com deficiência moderada ou grave nem impor exigências excessivas para comprovação da condição. A DPU argumentou que a norma deve ser interpretada em conformidade com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assegurando igualdade material e dignidade. O STF ainda analisará o mérito das ações, que contestam as limitações impostas ao benefício fiscal.

STF lança cartilha sobre remédios do SUS

O Supremo Tribunal Federal (STF) lançou uma cartilha para orientar magistrados, advogados e gestores públicos na aplicação das regras sobre o fornecimento de medicamentos pelo SUS. O material reúne as teses dos Temas 6, 500 e 1234 da repercussão geral, define critérios de competência entre as Justiças Federal e Estadual e orienta a atuação do sistema JudSaúde. A publicação também aborda medicamentos incorporados e não incorporados ao SUS, remédios sem registro na Anvisa e as regras para ações ajuizadas após 19 de setembro de 2024.

LUIZ SILVEIRA/CN



Solicitação de medicamentos motiva abertura de processos

TST autoriza penhora de aposentadoria

A 3ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) autorizou a penhora da aposentadoria de um empresário de São Caetano do Sul (SP) para quitar dívida trabalhista com um ex-empregado. A decisão aplica a tese vinculante do Tema 75 do TST, que permite a medida desde que a retenção não ultrapasse 50% dos rendimentos líquidos e preserve ao devedor, no mínimo, um salário mínimo. O percentual será definido pelo juízo da execução conforme as circunstâncias do caso.

Conselho do Ministério Público inspeciona TSE

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) realizou nesta segunda(6) sua primeira visita técnica ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para inspecionar os códigos-fonte dos sistemas que serão usados nas Eleições 2026. A atividade integra o Ciclo de Transparência Democrática e permite às entidades fiscalizadoras acompanhar o funcionamento da urna eletrônica e dos sistemas de votação, totalização e divulgação dos resultados.

Peritos oficiais I

A Segunda Turma do STJ afastou a possibilidade de reconhecimento dos policiais federais que realizam a identificação humana e exames papiloscópicos como peritos oficiais. O colegiado julgou improcedente a ação civil pública proposta pelo MPF com o intuito de invalidar atos administrativos da Corregedoria-Geral da Polícia Federal (PF)

Peritos oficiais II

o TRF1 manteu a sentença favorável à ação, entendendo que os atos administrativos questionados não tinham fundamentação lógica ou jurídica para excluir os papiloscopistas da condição de peritos oficiais. A União recorreu ao STJ alegando que, pelo CPP, perícias exigem peritos oficiais com curso superior, cargo que não inclui papiloscopistas.

Adolescentes I

A aprendizagem profissional é a principal estratégia da Justiça do Trabalho para combater o trabalho infantil e incluir jovens no mercado. O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem prioriza ampliar essa política nos TRTs, gerando oportunidades para adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Adolescentes II

Mais de dez TRTs já mantêm programas de contratação ou parcerias formativas, promovendo educação e proteção. Iniciativas como os "Feirões da Aprendizagem" conectam empresas a candidatos, reforçando o compromisso institucional com a qualificação, a cidadania, a responsabilidade e a inclusão social no mundo do trabalho.

Aerogeradores I

Uma proposta que estabelece a distância mínima de 1,5 quilômetro entre torres de energia eólica e edificações de uso público, coletivo e privado na Paraíba será sancionada. O projeto tem como objetivo proteger a saúde e o bem-estar da população. Em caso de descumprimento da norma, a proposta prevê advertência, multas ou penalidades.

Aerogeradores II

O MPF destaca que a ausência de parâmetros legais sobre o distanciamento entre aerogeradores e áreas habitadas transformou a instalação desses empreendimentos em uma questão de saúde pública. Moradores expostos aos ruídos das turbinas relatam problemas de perda auditiva, estresse crônico, ansiedade e depressão.



Regras estão previstas Lei nº 9.504/1997 e foram detalhadas pelo MPF

MPF explica as condutas vedadas aos agentes públicos

Material reúne todas as restrições previstas na Lei das Eleições

Da Redação

Em ano eleitoral, agentes públicos que ocupam cargo, emprego ou função na administração pública devem observar uma série de restrições para evitar o uso da máquina pública em benefício de candidatos, partidos ou coligações. As regras estão previstas na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) e foram detalhadas pelo Ministério Público Federal (MPF) na série "Me explica, MPF!", que explica as principais dúvidas sobre a atuação do Ministério Público e a legislação eleitoral.

Segundo o MPF, as chamadas condutas vedadas têm como objetivo garantir a igualdade de oportunidades entre os candidatos e impedir que a estrutura do Estado seja utilizada para influenciar o resultado das eleições. Algumas proibições valem durante todo o ano eleitoral. Entre elas está a utilização de carros oficiais, prédios públicos, salas, equipamentos e materiais da administração, como celulares, computadores e impressoras, para atividades de campanha. Também é proibido utilizar servidores em horário de expediente.

A legislação ainda veda a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios de caráter social, exceto em casos de calamidade pública, estado de

emergência ou quando se tratar de programas sociais autorizados em lei e já previstos no orçamento do exercício anterior. Outra restrição permanente é a realização de gastos excessivos com publicidade institucional, prática que pode favorecer a promoção da imagem de gestores e candidatos.

Além dessas regras, a legislação estabelece restrições específicas desde 4 de julho, três meses antes do primeiro turno das eleições. Desde essa data, fica proibida a contratação de shows artísticos com recursos públicos para eventos promovidos pelo poder público, a participação de candidatos em inaugurações de obras públicas, pronunciamentos oficiais em cadeia de rádio e televisão, publicidade institucional de programas, obras, serviços e realizações dos órgãos públicos.

DENÚNCIAS E FISCALIZAÇÃO

A fiscalização dessas normas é atribuição do Ministério Público Eleitoral (MPE), que pode receber denúncias, instaurar investigações, expedir recomendações e ajuizar ações perante a Justiça Eleitoral quando identificar irregularidades. As sanções variam conforme a gravidade da infração e podem incluir multa, cassação do registro de candidatura e declaração de inelegibilidade.